

A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957

José Luiz Zanella¹
Sílvia Ana Kramer²

Resumo: A inexistência de registros sobre a participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957 despertou o interesse da Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que solicitou a colaboração do Setor de Pesquisa e Extensão da FACIBEL para resgatar esta história. O presente texto é uma primeira abordagem sobre os dados coletados. Apresenta a metodologia utilizada e, de forma preliminar, algumas citações sobre os diversos momentos do cotidiano da mulher e de sua participação na expulsão das companhias de terra.

Palavras-chave: Revolta dos Posseiros de 1957, Mulher, Cotidiano, Participação.

INTRODUÇÃO

O presente texto é o resultado parcial de um estudo realizado pelo Setor de Pesquisa e Extensão da Facibel em conjunto com a Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste do Paraná.

A Comissão de Mulheres Agricultoras é um grupo constituído por 15 mulheres, líderes sindicais, que coordenam cerca de três mil mulheres nos diversos municípios da região. O grupo é permanente e muito bem organizado. Reúnem-se, no mínimo, uma vez por mês, com o objetivo de elevar o grau de participação da mulher agricultora em todas as esferas da vida social. É impressionante o interesse e participação destas

¹ Professor da FACIBEL; Mestrando em Educação - UNICENTRO/UNICAMP.

² Professora da FACIBEL; Mestranda em Economia Doméstica pela FCD/UFPEL.

mulheres agricultoras que, apesar do trabalho árduo e das dificuldades, desde questões econômicas, cuidado com as crianças, e distâncias, não medem esforços para desenvolver seus projetos.

Foi desse grupo de mulheres, oriundas da agricultura familiar, com formação elementar, que surgiu a idéia de desenvolver um projeto para resgatar a história da participação da mulher na Revolta dos Possesiros de 1957. A Comissão das Mulheres, após intensos trabalhos de leitura e debates, constatou que, na literatura disponível até o momento, praticamente não há referências quanto à participação das mulheres na Revolta dos Possesiros. As poucas referências apresentam a mulher como subordinada ao marido e passiva. A visão é, portanto, machista e preconceituosa.

De fato, neste ano de 1997, comemoram-se os 40 anos da vitória dos possesiros frente às companhias de terra. A região do Sudoeste do Paraná foi palco de uma história de muitos conflitos e disputas pela terra. Desde o império, aconteceram disputas entre Brasil e Argentina, Paraná e Santa Catarina, Paraná e CEFSPRG (Companhia de Estradas de Ferro São Paulo e Rio Grande), Governo do Paraná e Governo Federal e, por fim, entre Governo Federal e CITLA (Clevelândia Industrial Territorial Ltda). Sendo região de fronteira, o Governo Federal, na década de 40, implantou um programa de colonização, com o objetivo de povoar a região e, estrategicamente, garantir a posse da mesma. Por esta razão, o Governo Federal instalou em 1948, no povoado Rio Marrecas, a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), oferecendo aos colonos, geralmente oriundos do sul, toda a infra-estrutura. Estes, recebiam da CANGO um documento que lhes conferia o título de possesiros oficiais, uma vez que a posse das terras ainda estava sob-judice. No entanto, na mesma época, a migração era intensa e milhares de colonos se instalaram em toda a região sem estarem vinculados à CANGO. Eram os possesiros aventureiros.

Tudo estava bem na região quando, no início da década de 50, instalou-se em Marrecas a CITLA. Esta Companhia apresentava-se como legítima proprietária das terras, entretanto, oferecia documentação provisória. Tendo o aparelho do Estado a seu favor, a CITLA iniciou uma ampla campanha publicitária com o objetivo de persuadir os possesiros à venda das terras a esta companhia. Como os possesiros, quase que na sua totalidade, resistissem, uma vez que não receberiam as escrituras, a CITLA, a partir de 1956, com duas outras companhias subsidiárias - Comercial e Apucarana - começaram a agir com violência. Jagunços fortemente armados obrigavam os colonos a venderem as terras por preços abusivos e sem documentação oficial. A violência ocupou o lugar da lei. Autoridades como prefeitos, delegados e juizes permaneciam omissos e muitas vezes posicionaram-se a favor das companhias. Enquanto isso, os possesiros e suas famílias sofriam todo tipo de violência: assassinatos, estupros, torturas, perseguições, incêndio de propriedades, ameaças, etc.

Apesar de tais circunstâncias, os possesiros resistiram, primeiro através das vias legais (abaixo-assinados, negociações, etc.) que, apesar da ampla mobilização e esforço, não encontraram respaldo nas autoridades. Restou-lhes como única alternativa a organização pela força. Após muitas lutas com vitórias parciais e também derrotas, os possesiros, liderados por Dr. Walter Alberto Pecoits, em outubro de 1957, sem derrama-

mento de sangue, conseguiram expulsar os jagunços e as companhias de terra. A legalização definitiva das terras só se efetivou a partir de 1962 com a criação da GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná). (LAZIER, 1987 e GOMES, 1987).

Nesse contexto de luta pela terra no Sudoeste, pergunta-se: qual foi a participação da mulher? Se participou, como e de que forma foi?

Na revisão bibliográfica, constatou-se a quase ausência da participação da mulher. As poucas citações que aparecem, limitam-se a apresentar a mulher numa posição de inferioridade e passividade. Ficou impregnada a mentalidade de que as mulheres, com muito medo, ficaram em casa chorando e rezando. Estaria a participação das mulheres restrita à reza e ao choro?

É nesse espaço de ausência de pesquisa sobre a participação da mulher na História do Sudoeste do Paraná, no contexto de comemoração dos 40 anos da Revolta dos Posseiros que a Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e o Setor de Pesquisa e Extensão da Facibel assumiram o desafio de resgatar, esta História.

Considerando a inexistência de registros da participação da mulher, necessário se fez ir ao encontro do não documentado. Duas questões imediatas se impunham: onde localizar e como viabilizar o registro de informações de pessoas que viveram naquela época? E qual metodologia utilizar? Em resposta à primeira questão, constatamos que não havia problema, uma vez que a Comissão de Mulheres, com suas representantes em seus respectivos municípios, teve facilidade de localizar as mulheres a serem entrevistadas. Um levantamento preliminar mostrou a existência de um elevado número de mulheres daquela época, hoje, ainda vivas. Como critério na seleção priorizaram-se as mulheres que tiveram maior número de indicações em suas comunidades de origem.

Restava saber qual o procedimento de pesquisa. Tínhamos que "qualificar" também as mulheres da Comissão, uma vez que seriam elas as entrevistadoras. Optou-se, no grupo, pela modalidade de "Pesquisa Participante" (Ezpeleta & Rockwell: 1989), tendo como referência básica os métodos qualitativos de pesquisa (Lüdke & André: 1986). Várias leituras foram feitas, principalmente textos sobre "histórias de vida".

Buscou-se reconstruir as "histórias de vida" através de entrevistas com um roteiro flexível, não padronizado. A escolha da entrevista impunha-se pela natureza do objeto de pesquisa: reconstruir pela fala das entrevistadas a participação da mulher no movimento de 1957. Na entrevista "... a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde" (LÜDKE, 1986:33). De modo que haja, por parte da entrevistadora um grande respeito pela entrevistada. Esta atmosfera de cordialidade e confiança permite que durante a entrevista haja a revelação de temas pessoais que serão de fundamental importância para a pesquisa. Por essas razões, o roteiro foi semi-estruturado. Foi elencada uma série de temas, em forma de itens ou de questões abertas. Os primeiros temas buscavam contextualizar a vida da entrevistada para o Sudoeste: causas, condições da viagem (mudança), chegada, constituição da propriedade, documentação da terra, etc.; em seguida, elencaram-se vários temas ligados ao cotidiano até a ação das companhias: o processo produtivo, a participação da mulher na produção, comercialização, o trabalho da casa, doenças, partos, escola,

religiosidade, lazer, transporte, informações sobre a CANGO, Companhias, ação dos jagunços e resistência das mulheres. As entrevistadoras foram orientadas para, dependendo do ambiente e rumo da conversa, utilizarem de toda a criatividade e liberdade para extrair o máximo de informações.

Nos meses de junho e julho de 1997, foram realizadas as entrevistas, gravadas em fita cassete, sendo uma em vídeo. De posse deste material, o desafio estava no árduo trabalho de transcrição. Mais uma vez, contou-se com o apoio da Comissão de Mulheres que ficou com parte das fitas. Foi valioso também o auxílio das acadêmicas do terceiro ano do curso de Pedagogia da Facibel.

Concluídas as entrevistas e feitas as transcrições, iniciamos a análise dos dados que, até a data de elaboração deste texto, ainda não estavam concluídos. A seguir, são apresentadas algumas citações consideradas relevantes para destacar as diversas formas pelas quais a mulher participou da história do Sudoeste.

Nesta análise preliminar dos dados coletados, foram selecionadas algumas temáticas que estiveram presentes em maior número nas entrevistas. São elas: migração - suas razões; posse e organização da propriedade; cotidiano - trabalho da mulher (casa e roça), saúde, educação, religiosidade e lazer; informações sobre a Cango e Citla; participação da mulher na revolta - defesa da família e da propriedade, violência e discriminação, confronto com os jagunços. A partir destas temáticas, constatou-se que a mulher teve uma participação efetiva e permanente.

2. PRINCIPAIS MOMENTOS DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER

2.1. Migração: Suas Razões

O processo de migração das famílias provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a partir da década de 40, para a região Sudoeste do Paraná, tem suscitado questões como: Por que as famílias saíram de suas regiões de origem? Que informações tinham sobre a qualidade das terras e da situação legal das mesmas? O que buscavam?

A maioria das entrevistadas deixam claro que tinham informações sobre a elevada fertilidade das terras e da situação ilegal das mesmas. Acreditavam que, em breve viria, através do governo, a legalização.

As condições de vida no sul forçava a migração: "Viemo em busca de terra melhor, porque lá as terra não dava mais nada" (Antônia Contini). "Porque lá nós tinha muita pouca terra e produzia pouco também" (Guilhermina de Lima Soares).

A migração tinha um objetivo definido: "Viemos aventurar terras", "para adquirir melhores terras", "para tentar melhorar de vida".

Muitas mulheres tinham conhecimento da situação irregular das terras. "Nós sabia que a terra não tinha escritura, mas nós fomos aventurá como os outros tava aventurando, nós também tava querendo aventurá terra" (Diversina Topanotti).

2.2. Posse e Organização da Propriedade

Depois de superados os inúmeros desafios da viagem - demora, travessia de rios, perigo da floresta, construção de estradas, acidentes, etc. - os colonizadores chegaram à nova terra cheios de esperança e vontade de trabalhar. Tomar posse da terra e estruturar a propriedade constituíram-se nos primeiros desafios. Em todas as entrevistas aparece a denominação "comprar a posse" ou "tomar posse".

"Nós adquirimo assim porque era uma posse. Então, daí aquele homem que tava naquela posse, cedia um pedaço para cada pessoa que vinha, daí nos pegava um tanto de terra, outras pessoas pegava outro tanto de terra. Só nós fazia os marco de madeira, porque eles não deixavam medir, não tinha medição nenhuma, não tinha escritura." (Diversina Topanotti)

"Naquele tempo tirava-se uma quantia de terra a vontade e não pagava nada". (Guilhermina de Lima Soares)

"Não existia nada. A gente comprava a posse a troco de muito pouca coisa, mas não se fazia nem sequer um contrato, era comprado e vendido assim pela sorte é, comprava aquela posse e era dono da propriedade". (Maria Thiesen Faust)

Nota-se que o processo de ocupação, segundo o entendimento das mulheres, deu-se de forma desordenada, a partir de um grande proprietário que subdividia a área para posterior venda. Essa era a colonização do posseiro aventureiro, bem diferente daquela da Cango.

2.3 - O Cotidiano da Mulher

2.3.1 - O Trabalho

O cotidiano da mulher, retratado nas falas, demonstra que o trabalho absorvia a quase totalidade do tempo, dividido entre as tarefas domésticas e o trabalho da roça.

"Levantava de madrugada tratá os animais e quando amanhecia o dia todo o pessoal já tava pronto pra ir pra lavoura. Deixava o feijão cozinhando no tição do fogo, aquele que não apagava, no fogão de chapa e meio-dia o feijão tava cozido, fazia às mistura e fazia o almoço. Depois do almoço voltava pra roça todo mundo de novo" (Maria Thiesen Faust).

"Trabalhava na roça de manhã à noite. O serviço em casa, só se fazia à noite" (Madalena Marquim).

As atividades que envolviam diretamente a família, o cuidado das crianças,

o provimento da alimentação, a higiene da casa, bem como o trato dos animais, plantio de hortaliças, limpeza dos arredores da casa constituíam trabalho quase só das mulheres, sobrecarregando-as em dupla jornada. O preconceito em relação às tarefas domésticas impedia o homem de dar sua colaboração em casa para a mulher:

"A casa e os filhos era só eu que cuidava. Principalmente em casa não ajudava nada, era daqueles bem machista que..." (Guilhermina de Lima Soares).

"Os filhos ajudavam um pouco, o preconceito não permitia que o marido ajudava" (Alvina Bonin Peron).

2.3.2 - A Saúde

Em relação à saúde, foi unânime a opinião das entrevistadas, que, naquela época, as pessoas tinham mais saúde, os médicos eram poucos, apenas dois, que atendiam muitos casos de pessoas feridas em conflitos.

"Olha, eu acho que até que era melhor que hoje. Parece que o pessoal era mais saudável, acho que a vida também era menos estressante, menos poluente, menos todas essas coisas que hoje tem. Sei lá, tinha muita, por exemplo fim de ano, a gente atendia mais esfaqueado e baleado do que propriamente doentes. Era o que ocorria muito por disputa de terra, briga, era tiroteio, faqueadas, essas coisas" (Manoela Silva Pecóis).

"A saúde era boa, muito melhor que agora" (Madalena Marquim).

As doenças infantis mais comuns eram o sarampo, a difteria, coqueluche, varicela, porque ainda não existiam as vacinas. Distúrbios gastrointestinais eram também frequentes, mas eram tratados com remédios caseiros, procurando o médico somente quando a cura não acontecia.

"Naquele tempo era muito diferente, tinha um pouco de doença né, não existia doença quase. Os partos era tudo com parteiras, é, era bem atendida..." (Guilhermina de Lima Soares).

"Não ia no médico, não tinha médico, nem farmácia, só remédios caseiros e chás" (Diversina Topanotti).

Os partos, na maioria, eram feitos em casa e raramente, só em caso de necessidade, recorriam ao hospital para fazer o parto cesáreo. A grande maioria das mu-

lheres tinham seus filhos com o auxílio da parteira, as quais atendiam bem, eram bem equipadas e tinham bastante higiene. Algumas no entanto, não atendiam plenamente estes requisitos. O fato de procurarem o hospital somente em caso de partos difíceis fazia parte da cultura da época; parto não era doença e, portanto, dispensava assistência médica.

2.3.3 - A Religiosidade

Ao lado do espírito de aventura e da vontade de melhorar de vida, a religiosidade foi o grande esteio para enfrentar as adversidades do período de colonização e, de modo especial, da época dos conflitos.

A presença da igreja foi tímida, tanto em presença física quanto em manifestação a respeito da situação vivida.

"A igreja não falava nada era completamente neutra, não existia preparação, a igreja era só Pai Nosso e Ave Maria, nada mais. Pois a única pessoa preparada era o padre, mas ele só aparecia uma vez que outra e se eles se envolvesse seria o primeiro a ser caçado" (Maria Thiesen Faust).

"Os padres não falavam nada porque tinham muito medo" (Antônia Cantini).

"Nós não tinha nenhuma ajuda da igreja" (Amélia Kaufmann).

"O padre rezava em latim. Era rigoroso, não comungava se tivesse comido antes da comunhão. A mulher tinha que ter vestido comprido e véu. O dízimo não era em dinheiro e sim com trabalho. O padre vinha cada seis meses" (Alvina Bonin Peron).

"Os padres orientavam que tinha que viver bem prá se salvá. Não gostavam dos caboclo. O caboclo dizia que a religião dele era de não fazer pecado. O padre mandou então todos se ajoelhar porque ele era um santo. Foi no dia do casamento dele. O caboclo ficou com muita vergonha" (Margurida Korbi).

Individualmente, as pessoas cultivavam a fé e a esperança, e, coletivamente reuniam-se embaixo de árvores para rezar porque ainda não existiam igrejas. Quando o padre fazia a visita, rezava missa, fazia casamentos e batizados na casa de algum morador.

2.3.4 - A Educação

No início, não havia nada, não existiam locais próprios para qualquer atividade coletiva, por isso, as primeiras escolas também foram improvisadas. As mulheres

recordam bem desse processo, em que a criatividade e a vontade de ensinar superavam todo tipo de dificuldades.

"Nos primeiros anos a gente criava tudo sem escola" (Lucinda Bednarski)

"Funcionava lá aquela escolinha, com bancos feito a seco. A distância era de uns 4 a 5 quilômetros, caminhavam a pé os meninos. Eu não tive mais escolaridade" (Maria Thiesen Faust).

"Tinha escolinha, não tinha assim professores que vinham, as pessoas que moravam, os mais sabidos ensinavam as crianças e a gente também ensinava um pouco que dava" (Diversina Topanotti).

2.3.5 - O Lazer

O lazer era restrito e limitava-se a visitas aos vizinhos, chamado "filó", cantorias e, às vezes, reuniam-se na casa de alguém para realizar bailes.

"Não tinha nada. Nós cantava e fazia visitas nos vizinhos, filó" (Alvina Bonin Peron).

"... o velho Chieske então, ele tinha umas filha moça, umas moça bonita de origem polonesa, e fazia festa, baile e tudo nós ia lá, até que houve uma morte lá, um homem matou um argentino, ah, eu não gosto nem de me lembra daquilo, é tão triste. Aí deixemo".

"A minha casa era pequena. Eles faziam uma ramada grande de mato e dançava na ramada" (Eraclida Cordeiro).

Para muitas mulheres, porém, especialmente as casadas, não havia tempo para o lazer, era todo ocupado pelo trabalho.

"Nem se pensava nisso, nem se divertia com nada, era só trabalho e nada mais" (Diversina Topanotti).

2.4. Informações sobre a Cango e a CITLA

As mulheres recordam com facilidade as ações da Citta ou as companhias (jagunços, violências, extorsão de terras, etc.). Porém, nem todas se lembravam do que foi a Cango. As informações, evidentemente, dependiam do local em que as mulheres residiam na época.

"Citla, dava remorso, eles queriam tirá a terra da gente". (Madalena Marquin)

"A Citla veio com interesse de tomar as terras e mataram gente e jogaram dentro do rio. Nós tinha dois médicos: o Dr. Walter e o Dr. Rubens. O Dr. Walter a favor dos colonos e o Dr. Rubens a favor da Citla" (Antônia Cantini)

"Eu trabalhava demais e não tinha tempo de saber". (Eraclida Cordeiro)
"As companhias queria que os colono pagasse a terra pra eles a um preço bem alto que ninguém podia pagar". (Maria Batistela Spader)

"Olha a companhia era pra ser uma legalização de terra, mas ela não foi legal, eles faziam muito cambalacho e só queriam dinheiro. Eu segundo o que sei, essa companhia ganhou esse território a troco de uma estrada de rodagem que eles construíram e o governo deu esse território em troca" (Maria Thiesen Faust)

"A Cango era uma colônia agrícola que começou a receber o pessoal que vinha de fora, que comunicava das terras para uma e para outro, ali começou a base de 22 alqueires para quem fosse reservista. Quando começou vir muita gente, não deu a quantidade de alqueires, deu na base de 9 a 10 cada um". (Gema Fiu)

A fala das mulheres mostra que elas estavam informadas sobre os interesses da Citla e do projeto colonizador da Cango. Sabiam quem estava contra ou a favor dos colonos.

2.5. Participação da Mulher na Revolta de 1957

As histórias de vida de cada mulher entrevistada comprovam que as mulheres participaram ativamente na revolta. Apesar da cultura machista predominante na época, em que as mulheres ficavam restritas aos trabalhos domésticos e da roça, assim mesmo, elas tiveram uma ação que demonstra coragem, força e resistência; com muito trabalho garantiram a manutenção da propriedade e a defesa da família, portanto, não ficaram em casa somente rezando e chorando. Embora poucas mulheres pegassem em armas, e não se têm nenhuma informação que alguma delas estivesse à frente do movimento, assim mesmo, todas elas enfrentaram por vários anos, dia-a-dia, a ação arbitrárias das companhias e de seus jagunços.

2.5.1. Defesa da Propriedade e da Família

Na época em que os jagunços procuravam os homens para forçá-los a ven-

der as terras e estes se refugiavam no mato, as mulheres permaneciam em casa cuidando dos filhos, das plantações e dos animais. Longe ou perto de vizinhos, isoladas no meio do mato, souberam defender a propriedade com coragem e resistência.

"Bem, os homens se escondiam tudo porque eles não ficavam em casa, porque tinham medo dos jagunços que vinham matá e as mulher tinham que enfrenta porque tinham os filho; não podia deixá eles levá os filho. Eu trabalhava assim na beira da estrada, do carreiro, levava as crianças numa caixinha e eles passavam [jagunços], um tal de Orélio, que judiou de todo mundo, dizia: vai embora mulher boba, para de trabalhá nesta roça, leva estas criança pra casa, isso aí não adianta tu plantá, porque é tudo nosso mesmo. Nós vamo soltá os cavalo pra comê tudo que você planta aí. E eu mandava que ele viesse. Eu enfrentava eles, eu não tinha medo" (Diversina Topanotti)

Dependendo do local, as mulheres se reuniam:

"As mulheres se reuniam com as vizinhas e cuidavam as propriedades e a família" (Maria Batistela Spader)

Há pelo menos, um caso em que as mulheres foram morar no mato: uma semana após o dia 10 de outubro de 1957, quando surgiu uma notícia falsa de que os policiais do governo, vindos de Curitiba, iriam se vingar dos colonos. Às pressas, os colonos foram para a estrada fazer espera e as mulheres e crianças se refugiaram por vários dias no mato.

"Nós mulher que mais sofremo, estava de dieta e ficar no meio do mato com os filho foi de ficar louca". (Agda Rech Schmitz)

2.5.2. Violência Contra a Mulher

Muitas mulheres foram vítimas de violência. Desde a violência física (morte, estupro) até a violência psicológica (ameaças, medo).

"Eles fizeram muitos crimes, onde estava só a mulher, pegavam ela e faziam o que queriam e saiu até nos jornais. Eles matavam, estupravam mulheres e meninas e queimaram as casas para que o povo saísse das terras" (Antonia Cantini).

"O governador Lupion soltou os presos para serem jagunços aqui no Sudoeste. Estes jagunços mataram os animais das famílias para comer;

faziam o que queriam com as mulheres e moças, matavam os homens que não tinham dinheiro” (Alvina Bonin Peron).

Em praticamente todas as entrevistas, as mulheres citaram a morte violenta da mulher de João Saldanha. Segundo os relatos, os jagunços teriam cortado os seios e em seguida, enquanto a mulher se esvaía em sangue, assassinaram seus dois filhos menores. Por fim, a mulher também foi morta. Outras mulheres relatam que, durante a gravidez, devido ao medo e ao trabalho pesado e *intensivo*, sofreram aborto ou tiveram filhos com anomalias.

2.5.3 - Discriminação

A mulher sudoestina teve um passado de forte discriminação. A cultura machista da sociedade e dos maridos impedia que as mulheres pudessem expressar seus sentimentos e interesses. Nada era permitido a elas, além do trabalho doméstico e da lavoura.

“Só os homens participavam das reuniões. Naquele tempo, as mulheres eram carta fora do baralho”. (Madalena Marquim)

“As mulheres não participava de reuniões, nós era que nem uma turma de bichos, não participava de nada e só trabalhava. Eu fazia comida pros filhos e marido, lavava roupa para o hospital, ajudava na ferraria e trabalhava na horta”. (Antonia Cantini)

2.5.4 - Confronto com os Jagunços

A figura do jagunço permanece viva na memória de todas as entrevistadas. Os jagunços eram elementos contratados pelas companhias para executar as ordens das mesmas. Estavam fortemente armados e motorizados. Agiam como homens fora da lei e eram capazes, para atingir seus objetivos, de cometer qualquer tipo de violência. Foram os jagunços com aparência assustadora e suas ameaças que mais amedrontaram as mulheres.

“Os jagunços existiam, quando eles vinham parecia que a terra tremia. Na minha casa, depois de casada, nós tinha bodega. Era o lugar que eles paravam para comer e beber. Quando eles chegavam, estavam armados dos pés aos cabelos, tudo que é tipo de arma. (...) A gente sabe que eles mataram gente, fizeram gente deixar as propriedades”. (Maria F. Faust)

“Eles matavam, chegavam nas casas, se favoreciam com as famílias, foi uma época muito triste. As famílias tinham muito medo, porque eram uns bandido que soltaram lá da penitenciária”. (Madalena Marquim)

“Eles queriam comer e beber sem pagar. Eles tinham a cobertura da polícia”. (Maria B. Spader)

Várias mulheres pegaram em armas para enfrentar os jagunços:

"Enfrentei muitos jagunços até com arma de fogo e nunca tive medo. Eu fui uma mulher de muita coragem, mais coragem que meu marido, não fez o que eu fiz e botei eles a correr também da minha casa." (Diversina Topanotti)

Destacamos a coragem e determinação da dona Paula Preilipper, viúva do "Tigrinho", seu marido, morto pelos jagunços.

"No outro dia, quando eu fui buscar o corpo dele, de carrocinha, veio o Negro Lima, que era polícia deles, e começou debochar. Disse que não adiantava rezar, porque meu marido morreu sem vela na mão e quem morrer sem vela na mão vai pro inferno. Eu fiquei quieta, não respondi. Mas avancei nele, peguei uma estaquinha e avancei, ele fugiu. (...) Daí fui pra casa. E me preparei, porque os jagunços tinham prometido botar fogo na casa pra me matar eu e os meus filhos. Botei pranchas de cedro em frente das janelas, era todo de rachão o nosso ranchinho, botei as crianças nas cobertas de pena, embrulhei e defendi. Fechei o portão com arame farpado e fiquei esperando, acordada, até as três horas da madrugada. De repente, estavam em três tentando abrir o portão pra vir botar fogo na minha casa e matar os meus filhos. Daí eu pedi a Deus o que eu vou fazer? Criei uma força, enquanto eles estavam desenleando o arame, atirei. E escutei um dizer 'ai'! Eu já troquei o cartucho, nós não tinha chumbo, meu marido cortou parafuso e prego, dei outro tiro. Outro deu mais um grito, daí vi que eles estavam se ajuntando, e foram embora, levando de arrasto os dois mortos." (Revista Gente do Sul, nº 18 - Ano II - Novembro 95)

Mais do que nunca constatamos que, de uma forma ou de outra, as mulheres souberam resistir e conseguiram enfrentar os jagunços.

CONCLUSÃO

Quando do início da pesquisa, entendíamos que a participação da mulher estava restrita à primeira semana de outubro de 1957, quando as mulheres estariam presentes na praça, com armas em mão, lutando lado a lado com os homens. Embora algumas mulheres estivessem na praça, no momento da expulsão dos jagunços, a maioria delas estava em casa. Evidentemente, naquele momento as mulheres choraram e rezaram. Porém, ficou evidente, no decorrer da estruturação da pesquisa, que a participação da mulher era muito mais rica do que se imaginava e como tal não poderia ficar restrita à

semana do confronto final com os jagunços.

Por essa razão, optamos por uma metodologia qualitativa, na forma de entrevista não padronizada, para reconstruir, passo a passo, a história de vida dessas mulheres. Apesar das dificuldades na realização da entrevista - falta de experiência das entrevistadoras, disponibilidade de tempo e de recursos - obtivemos bons resultados. Os relatos surpreenderam pela riqueza de dados. Dados reveladores de uma história "escondida" nas ações do cotidiano. Foram essas ações de seu cotidiano, tanto no processo de colonização como nos anos de confronto com as companhias de terra, que possibilitaram aos homens saírem para se esconder dos jagunços ou para enfrentá-los. A mulher, com sua bravura, coragem e força, garantiu, dia-a-dia, a defesa e manutenção da família e da propriedade.

Enfim, entendemos que este breve início de pesquisa, apesar de suas deficiências e limitações, assinalou a existência de rica, ampla e complexa história de luta e participação da mulher. Certamente, com a conclusão deste estudo, teremos condições de mostrar, com maior clareza e profundidade, esta rica história.

ENTIDADES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA

◦ Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Sindicatos dos Trabalhadores do Sudoeste do Paraná

- Coordenadora da Comissão: Sirlei F.G. Zatta (Renascença)

- Coordenadoras Municipais: Cíntia Fruscalso (Marmeleiro); Geni T. de Souza (Ampére); Leonilda Back (Nova Prata); Lindara B. Ribeiro (Renascença); Loeri T. Pasa (Santo Antonio); Loreni Alves (Pranchita); Margarete Preilipper (Verê); Maria da Silva (Salto do Lontra); Marinês S. Dias (Dois Vizinhos); Norma Lando (Salgado Filho); Rosalene Ines víal (Capanema); Rosmeri Baldissera (Santa Izabel); Rozelane Hergessel (Planalto); Terezinha I. Cardoso (Pérola D'Oeste); Zélide Possamai (Francisco Beltrão).

◦ Setor de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL

- Professor José Luiz Zanella

- Professora Sílvia Ana Kramer

◦ Mulheres que foram entrevistadas na pesquisa

Agda Rech Schmitz - Fco. Beltrão
Adelina Meure - Nova Prata do Iguaçu
Albina Ronsário Mello - Fco. Beltrão
Alvina Bonin Peron - Salto do Lontra
Amélia Kaufmann - Planalto
Ana Coletti - Dois Vizinhos

Ana Koerich - Nova Prata do Iguaçu
Antoninha da Rocha - N. Prata do Iguaçu
Antonia Candioto - Fco. Beltrão
Antonia Cantini - Fco. Beltrão
Casemira Menin - Fco. Beltrão
Dávida Cattelan - Fco. Beltrão

Diversina Topanotti - Dois Vizinhos	Manoela S. Pecóits - Fco. Beltrão
Ema Maria Paludo - Pranchita	Margarida Korbi - Fco. Beltrão
Eraclida Cordeiro - Sto. A. do Sudoeste	Maria B. Spader - S. Antonio do Sudoeste
Gema Fill - Renascença	Maria Bertuol - Ampére
Gema Lurdes Bellé - Ampére	Maria Nurembeg Minotto - Verê
Genuína A. da Silva - Salto do Lontra	Maria Thiesen Faust - N. P. do Iguaçu
Graciosa Tonini - Pérola D'Oeste	Marta Paschoali - N. P. do Iguaçu
Guilhermina L. Soares - N. P. do Iguaçu	Martina Perardt - Verê
Helena J. Jahn Ebert - Pérola D'Oeste	Otília Oliva S. Guzzo - Dois Vizinhos
Irves S. Scobar - S. Antonio do Sudoeste	Paulina B. Figueredo - Enéas Marques
Ilgá Schwingel - Salgado Filho	Rosalina F. Kowalski - Salgado Filho
Ivanilde Ritti - Dois Vizinhos	Sophia Naduk - Fco. Beltrão
Libera Locatelli - Ampére	Tilda Toscan - Fco. Beltrão
Lucinda Bednarski - Fco. Beltrão	Verginha S. Minussi - Pérola D'Oeste
Madalena Marquim - Planalto	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. EZPELETA, Justa & ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
2. GOMES, Íria. *1957: Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições Ltda., 1987.
3. LAZIER, Hermógenes. *Coleção Cadernos do Sudoeste do Paraná*. Curitiba: Criar Edições Ltda., 1987.
4. LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
5. PEGORARO, I. A. *Matei Jagunços pra me Defender*. REVISTA GENTE DO SUL. Francisco Beltrão, Nº 18, ano 02. Pág.26, nov/1995.